

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO
CAMPUS CAMPOS BELOS
ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS DE ENSINO EM HUMANIDADES**

CLEONICE MARTINS DE FARIAS

Desafios na Formação Docente Para Educação Especial e Inclusiva

**CAMPOS BELOS / GO
2024**

CLEONICE MARTINS DE FARIAS

Desafios na Formação Docente Para Educação Especial e Inclusiva

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em **Especialização em Práticas de Ensino em humanidades** como requisito para a obtenção de título de Especialista.

Orientador(a): Profa. Dra. Sara Gonçalves Rabelo

**CAMPOS BELOS/GO
2024**

CLEONICE MARTINS DE FARIAS

Desafios na Formação Docente para Educação Especial e Inclusiva

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em **Especialização em Práticas de Ensino em Humanidades** como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista.

Aprovado em 09 de Outubro de 2024.

Profa. Dra. Sara Gonçalves Rabelo

Professor Ens. Básico Tecn. Tecnológico IF Goiano - Campus Campos Belos
Membro [interno].

Profa. Dra. Laíse do Nascimento Cabral Ramalho

Professor Ens. Básico Tecn. Tecnológico IF Goiano - Campus Campos Belos
Membro [interno].

Profa. Dr. Flávio Silva de Oliveira

Professor Ens. Básico Tecn. Tecnológico IF Goiano - Campus Campos Belos
Membro [interno]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica (assinale com X)

☐ Tese

☐ Dissertação

☐ Monografia – Especialização

☒ Artigo - Especialização

☐ TCC - Graduação

☐ Artigo Científico

☐ Capítulo de Livro

☐ Livro

☐ Trabalho Apresentado em Evento

☐ Produção técnica. Qual: _____

Nome Completo do Autor: Cleonice Martins de Farias

Matrícula: 2022206302640012

Título do Trabalho: Desafios na Formação Docente para Educação Especial e Inclusiva

Restrições de Acesso ao Documento [Preenchimento obrigatório]

Documento confidencial: ☐ Não ☒ Sim, justifique: Confidencial por um certo período

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 01/01/2026

O documento está sujeito a registro de patente? ☐ Sim ☒ Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? ☒ Sim ☐ Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

1. O documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. Obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. Cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Campos Belos, Goiás 18 de Novembro de 2024

Cleonice Martins de Farias

Assinado eletronicamente pelo o Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Sara Gonçalves Rabelo

Assinatura eletrônica do(a) orientador(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- Sara Goncalves Rabelo, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 18/11/2024 13:40:02.
- Cleonice Martins de Farias, 2022206302640012 - Discente, em 18/11/2024 14:18:13.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/11/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 652157
Código de Autenticação: 34e90100fb



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Campos Belos

Rodovia GO-118 Qd. 1-A Lt. 1 Caixa Postal, 1, Setor Novo Horizonte, CAMPOS BELOS / GO, CEP 73.840-000

(62) 3451-3386



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 19/2024 - UE-CB/GE-CB/CMPCBE/IFGOIANO

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO
SENSU EM PRÁTICAS DE ENSINO EM HUMANIDADES**

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS CAMPOS BELOS

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezessete horas, reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública presencial, para procederem a avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de Pós-graduação *Lato Sensu*, de autoria de Cleonice Martins de Farias, discente do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Práticas de Ensino em Humanidades do Instituto Federal Goiano – Campus Campos Belos. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dra. Sara Gonçalves Rabelo, que fez a apresentação formal dos membros da Banca, a Prof^a Dr^a Laíse do Nascimento Cabral Ramalho e a Prof. Dr. Flávio Silva de Oliveira. A palavra, a seguir, foi concedida a discente para, no tempo de 20 min., proceder à apresentação de seu trabalho, intitulado **DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a examinada. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Práticas de Ensino em Humanidades, e procedidas às correções recomendadas, o Trabalho de Conclusão de Curso foi **APROVADO COM RESSALVA**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **ESPECIALISTA EM PRÁTICAS DE ENSINO EM HUMANIDADES**, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Campos Belos. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega definitiva do TCC e cumprimento de todos os requisitos necessários, em acordo com a instrução normativa 01/2022 da Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Justificativa e comentários sobre o trabalho:

A banca considerou que o trabalho apresenta qualidade acadêmica e científica. A apresentação do trabalho foi condizente com a parte escrita e há relevância para a área e para o debate teórico proposto.

Sugestões de alterações do trabalho:

- Fazer correções ortográficas e gramaticais;
- Ver as normas da ABNT nas citações e nas referências;
- Considerar as contribuições conceituais propostas pela banca;

Assinado eletronicamente

Prof. Dra. Sara Gonçalves Rabelo

Orientadora

Assinado eletronicamente

Profª Drª Laise do Nascimento Cabral Ramalho

Examinadora

Assinado eletronicamente

Prof. Dr. Flávio Silva de Oliveira

Examinador

Documento assinado eletronicamente por:

- Sara Goncalves Rabelo, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 10/10/2024 10:50:28.
- Flavio Silva de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 10/10/2024 11:28:52.
- Laise do Nascimento Cabral Ramalho, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/10/2024 12:26:51.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 642060
Código de Autenticação: fdf4a97f4d



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Campos Belos

Rodovia GO-118 Qd. 1-A Lt. 1 Caixa Postal, 1, Setor Novo Horizonte, CAMPOS BELOS / GO, CEP 73.840-000

(62) 3451-3386

DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA.

Cleonice Martins de Farias¹

Sara Gonçalves Rabelo²

Resumo: A proposta deste trabalho busca analisar a temática formação dos professores na área da educação inclusiva, as dificuldades encontradas pelos educadores no seu fazer pedagógico em sala de aula com seus alunos, a importância desta formação para o desenvolvimento e aprendizado destes educandos, para que desta maneira possa promover o conhecimento e a socialização deste aluno, tendo em mente o processo de alfabetização do mesmo dentro de suas limitações e de suas especificidades, e para que isso de fato aconteça o professor precisa conhecer a realidade dos seus alunos, o cotidiano em que a mesma está inserida, ter a participação da família, juntamente com o professor no processo de ensino aprendizagem, assim como também lutar para que a oferta de políticas públicas sejam essenciais e eficientes. Na busca de resultados, reforça-se as reflexões presentes nas literaturas, sustentando assim a necessidade de uma formação crítica, teórica e prática para os professores que atuam na Educação Especial. Essa formação se faz necessária para que possam construir possibilidades de um trabalho pedagógico intencional frente aos alunos, a fim de oferecer oportunidades para que se desenvolvam plenamente, considerando suas potencialidades individuais. É importante que essa formação proporcione aos professores uma reflexão sobre sua práxis, permitindo a elaboração de novas estratégias pedagógicas eficazes que atendam às necessidades dos alunos especiais, de modo a garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos.

Palavras-chave: Formação de Professores; Educação Inclusiva; Prática Pedagógica e Inclusão

Abstract: The proposal of this work seeks to analyze the theme of teacher training in the area of inclusive education, the difficulties encountered by educators in their pedagogical work in the classroom with their students, the importance of this training for the development and learning of these students, so that in this way it can promote knowledge and socialization of this student, keeping in mind the process of literacy of the same within its limitations and its specificities, and for this to happen the teacher needs to know the reality of his students, the daily life in which it is inserted, have the participation of the family, along with the teacher in the process of teaching-learning, as well as fighting for the provision of public policies to be essential and efficient. In the search for results, the reflections present in the literature are reinforced, thus supporting the need for critical, theoretical and practical training for teachers

¹ Pedagoga pela Universidade Estadual de Goiás.

² Docente do IF Goiano – Campus Campos Belos. Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Filosofia. Graduada em Letras – Português/Inglês.

who work in Special Education. This training is necessary to build possibilities of intentional pedagogical work in front of the students, and to offer opportunities for them to develop fully, considering their potentialities. It is important that this training provides teachers with a reflection on their praxis, allowing the elaboration of new effective pedagogical strategies that meet the needs of special students, to ensure a quality and inclusive education for all.

Keywords: Teacher Education; Inclusive Education; Pedagogical Practice and Inclusion.

1 Introdução

A formação de professores principalmente na Educação Básica é uma temática fundamental para a promoção de uma educação mais inclusiva. Neste artigo, serão discutidos os aspectos da formação de professores na perspectiva de uma educação inclusiva, com base nos estudos e pesquisas realizadas sobre o tema e que abordam a temática da educação inclusiva e formação docente.

A necessidade dessa análise se deve ao crescente reconhecimento da importância de garantir que todos os alunos recebam educação de qualidade independentemente de diferenças físicas, cognitivas, sensoriais ou emocionais. A educação inclusiva visa eliminar obstáculos que impedem o aprendizado e o ensino, criando um ambiente escolar onde a diversidade é valorizada e respeitada. É pensando nisso que a capacitação dos professores para lidar com a diversidade nas salas de aula ainda apresenta lacunas significativas em seu processo.

A inclusão exige que os professores assumam uma nova perspectiva, baseada em políticas de acesso, flexibilidade pedagógica e conhecimento das diversas necessidades dos alunos. Assim, a formação inicial e continuada dos professores é essencial para desenvolver as habilidades necessárias para lidar com a diversidade em sala de aula. Esse processo educacional deve levar em consideração não apenas as habilidades pedagógicas específicas, mas também uma compreensão mais ampla dos problemas sociais, culturais e políticos que envolvem a inclusão escolar.

Embora o Brasil tenha avançado nas últimas décadas com a implementação de políticas públicas e legislações voltadas para a inclusão de alunos com deficiência, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a legislação sozinha não faz a inclusão acontecer, mas é uma ferramenta para auxiliar que ela se materialize e se efetive nos cotidianos escolares.

Nesse viés, Mantoan (2006) destaca que a formação de professores deve ir além do conhecimento teórico sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos. É preciso que

os professores desenvolvam habilidades práticas, como a capacidade de planejar atividades pedagógicas inclusivas e de adaptar materiais didáticos para as necessidades de cada aluno.

Assim, o presente artigo é subdividido em tópicos, sendo o primeiro um apanhado sobre o contexto histórico e legislativo da educação inclusiva. O segundo aborda os desafios para a formação docente no que concerne à educação inclusiva. Já o terceiro faz uma breve análise e comentário dos projetos pedagógicos de curso e atividades desenvolvidas no estado de Goiás e que promovem a formação na área. A pesquisa, de natureza qualitativa, realizada por meio de acervos bibliográficos e estudo de campo. Buscando uma análise sucinta no decorrer da pesquisa, observa-se assim como características atribuídas por Bogdan e Biklen (1994, p. 47) ao qual tipo de pesquisa se refere:

Á fonte dos dados, que na pesquisa qualitativa é o ambiente natural onde acontecem as atividades educativas; ao caráter descritivo da investigação; ao interesse do investigador pelo processo, não simplesmente pelos resultados ou produtos; pela tendência a uma análise indutiva dos dados; pela grande importância do significado neste tipo de abordagem.

Os objetivos específicos atentam-se com as práticas pedagógicas no ensino de alunos com necessidades educativas especiais, observando que todas as diferenças são tidas em conta na sala de aula, analisar se os professores foram capacitados especificamente para esse público e avaliar as dificuldades dos professores com esses alunos especiais, observando as interações regulares em sala de aula. Os dados para a realização do trabalho foi a consulta em documentos, livros e artigos.

Os resultados obtidos poderão estar compreendendo a temática, fazendo uma reflexão referente ao exercício docente e pensar a formação continuada como algo possível e essencial para a construção de novos saberes. A educação inclusiva visa garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e participem plena e efetivamente do processo de escolarização e da sociedade como um todo. Isso significa reconhecer e valorizar a diversidade em sala de aula, incluindo aspectos como diversidade cultural, étnica, de gênero, religiosa, socioeconômica e ocupacional.

Portanto, a capacitação docente para a educação inclusiva deve ser entendida dentro de um contexto legislativo e histórico em que as universidades venham desempenhar um papel importante na mudança das práticas educacionais. Assim, os argumentos possíveis para a ampliação do pensamento referem-se as questões inclusivas, em contrapartida a repensar uma formação robusta, tanto inicial quanto continuada, e são instigados à reflexão e a prática necessárias à sustentação de uma escola para todos.

2 Reflexões sobre o contexto histórico e legislativo da educação inclusiva

A educação especial surgiu no século XIX como um meio alternativo de atender às necessidades educacionais de crianças e jovens com deficiência. Como resultado, a educação inclusiva consolidou-se como um paradigma concebido para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos nas escolas regulares, independentemente das suas características individuais.

Até o final do século XIX, a educação para pessoas com deficiências era praticamente inexistente ou segregada em instituições especiais. A noção predominante era que indivíduos com deficiências não podiam ser educados nas mesmas instituições que aqueles sem deficiências. Instituições como asilos e escolas especiais surgiram para atender a essas populações, oferecendo um currículo limitado e focado em habilidades básicas e cuidados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abordam a importância da diversidade entre os estudantes, e, com base nesse aspecto, os currículos devem ser flexibilizados para atender efetivamente os estudantes público-alvo da Educação Especial:

Considerar a diversidade que se verifica entre os educandos nas instituições escolares requer medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender, atender, efetivamente, as necessidades educacionais especiais dos que apresentam deficiência (s), altas habilidades (superdotação), condutas típicas de síndromes ou condições outras que venham a diferenciar a demanda de terminados alunos com relação aos demais colegas. (Brasil, 1998, p.62)

O documento destaca, assim, a importância de adotar medidas que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades na educação, reconhecendo e atendendo às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiências, altas habilidades ou outras condições que os tornem diferentes dos demais colegas. Isso requer a flexibilização e a dinamização do currículo, a fim de garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes. A lei sozinha não faz a inclusão acontecer, mas é uma ferramenta que possibilita que se concretize e efetive nos cotidianos escolares.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabeleceram os princípios para a educação inclusiva. A LDB passou a assegurar que o atendimento aos alunos com necessidades especiais fosse feito preferencialmente na rede regular de ensino.

Segundo Rodrigues (2005, p. 53), “estar incluído é muito mais do que uma presença física: é um sentimento e uma prática mútua de pertença entre a escola e a criança, isto é, o

jovem deve sentir que pertence à escola e a escola sentir que é responsável por ele.” Com isso, o autor enfatiza que a inclusão vai além da presença pessoal do aluno na escola e inclui um sentimento de pertencimento mútuo. Logo, a escola deve assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento das crianças e estabelecer um ambiente de acolhimento e dedicação.

Além disso, o Ministério da Educação (MEC) lançou, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Seu objetivo foi estabelecer diretrizes para a criação de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar. Uma das principais contribuições dessa medida foi reformular o papel da educação especial por meio do estabelecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa política visava mudar a educação especial tradicionalmente segregada. Ela queria que os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades ou superdotação pudessem estudar regularmente com o suporte necessário.

A introdução do Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi uma das principais inovações dessa política. O AEE ajuda ou complementa a educação regular. Isso significa que não substitui as aulas normais, mas fornece apoio adicional para que os alunos com necessidades educacionais possam participar plenamente das atividades escolares. Esse atendimento ocorre no contraturno, ou seja, em horário alternativo às aulas regulares, em salas de recursos multifuncionais dentro da própria escola ou em centros especializados.

O fundamento dessa política é a ideia de que todos os alunos têm direito à educação de qualidade em um ambiente inclusivo. Isso significa que a escola deve estar preparada para lidar com a diversidade e garantir que todos os alunos possam acessar, permanecer e obter sucesso no sistema educacional regular. Por fim, o objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e do AEE é melhorar a educação.

A Proposta da Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica delinea as exigências que se colocam para o desempenho do papel docente frente às novas concepções de educação do mundo contemporâneo:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (MEC, 2000, p. 5, grifo do autor).

Essas responsabilidades destacadas pelo Ministério da Educação são fundamentais para promover uma educação inclusiva e de alta qualidade. Elas refletem uma abordagem educativa que coloca o aluno no centro do processo de aprendizagem, valorizando a diversidade e buscando adaptar o ensino para atender às necessidades de todos. Isso não só melhora a aprendizagem, mas também prepara os alunos para serem cidadãos capazes e colaborativos em uma sociedade diversa.

Conforme Maria Teresa Eglér Mantoan (2015) a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional – que, por sua vez, abala a identidade fixada dos professores e faz que seja ressignificada a identidade fixada do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade determinada por modelos ideais, permanentes, essenciais.

Ainda segundo Mantoan (2015) a inclusão provoca o que ela chama de "crise escolar", mas não no sentido negativo, e sim como uma transformação necessária. Essa crise é descrita como uma crise de identidade institucional, o que significa que as escolas, ao adotarem práticas inclusivas, precisam repensar sua missão, valores e métodos de ensino. Isso desafia o seu status e, conseqüentemente, também afeta a identidade dos professores, que são levados a questionar suas próprias práticas e crenças pedagógicas.

No início dos anos 2000, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que liberou recursos para capacitar professores e gestores para lidar com a educação especial, bem como implantar salas de recursos multifuncionais e equipamentos acessíveis. Já em 2008, foi promulgada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecendo diretrizes para a formação de professores, organização do sistema de ensino e serviços de educação profissional.

Nessa vertente, Ivan Vale de Sousa (2021) enfatiza a Declaração de Salamanca, a qual é considerada um marco na Educação Inclusiva, pois foi o primeiro documento a utilizar o termo “Educação Inclusiva” e nela encontra-se definido o princípio da Escola inclusiva “como princípio que deve orientar a educação para todos”. Nessa perspectiva, percebe que só a partir desse documento que os estudantes frequentavam as escolas do ensino regular.

Ao repensar e analisar, de maneira bem breve, história da educação no que tange a inclusão. Rememora-se que esta não era acessível a todos em sociedades antigas como o Egito, a Grécia e a Roma. A maioria das vezes, ela era reservada para os membros da classe média e as escolas frequentemente excluía crianças com deficiências ou necessidades especiais. Essas crianças eram cuidadas em casa em algumas culturas, mas abandonadas ou marginalizadas em outras.

De acordo com Jáima Pinheiro de Oliveira, (2022 p. 15)

Nas chamadas culturas primitivas, as dificuldades que algumas pessoas possuíam, traziam como consequências o seu abandono ou extermínio, inclusive de crianças. Isso se deve à falta de compreensão e aceitação das diferenças, bem como a crenças culturais que veem esses indivíduos como um fardo ou um presságio negativo para a comunidade.

Nessas sociedades, as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes de contribuir para o grupo ou como uma ameaça aos recursos limitados disponíveis. Com isso, estes eram, muitas vezes, excluídos, abandonados e até submetidos a atos de violência. Ao longo do tempo e com o desenvolvimento de uma perspectiva social mais inclusiva, evoluiu a compreensão e aceitação das deficiências e outras limitações, procurando dessa maneira resguardar os seus direitos, sua dignidade e a inclusão na sociedade.

O interesse no conhecimento e no desenvolvimento humano tornou-se mais forte durante o Renascimento. A educação elitista era o foco e as instituições educacionais não incluíam muitos alunos com deficiência. O movimento humanista enfatizou o potencial humano e a educação como o caminho para o desenvolvimento individual. Mas não abordou diretamente a inclusão de alunos com deficiência, apesar de promover uma educação mais ampla.

De acordo com Johann Heinrich Pestalozzi (1946), educador suíço do século XVIII, foi dada a importância de educar a criança como um todo e reconheceu-se a necessidade de adaptar o ensino às capacidades de cada aluno. Embora suas práticas fossem mais inclusivas, ainda não representavam a inclusão plena em ambientes escolares comuns.

Com base na evolução histórica da necessidade da formação de pessoas capazes para lidar com as adversidades, ressalta-se que a formação de professores é essencial para garantir que os professores da educação especial e inclusiva estejam qualificados para atuar. A educação especial não foi regulamentada no Brasil até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na década de 1980. E foi a partir do ano de 1994, que foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial, onde estabelecia as diretrizes para a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares.

Com a política Nacional de Educação Especial, a perspectiva de educação inclusiva é apontada na Constituição Federal, e como sendo o principal defensor da educação inclusiva:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Artigo terceiro

inciso quarto). Define no artigo 205 a educação como um direito de todos garantindo pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206 inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do estado, a oferta do atendimento educacional especializado preferente na rede regular de ensino.” (Brasil, 2008, p. 7)

A Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade de condições na educação, sem discriminação, como um direito fundamental de todos. Ela também prevê o acesso e permanência na escola de forma igualitária, incluindo o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino. Reflete, ainda, um compromisso com a educação inclusiva, um conceito que vem sendo consolidado nas últimas décadas não só no Brasil, mas em outros países. A ideia central é promover a integração de estudantes com deficiências em ambientes educacionais regulares, assegurando o direito à educação e igualdade de condições com os demais alunos.

Essa inclusão é importante porque possibilita que alunos com deficiência convivam e se desenvolvam em ambientes socialmente mais amplos, ao mesmo tempo em que promove a conscientização de toda a comunidade escolar sobre a diversidade e a necessidade de uma educação acessível a todos. Reforçando a responsabilidade do Estado em tornar a educação inclusiva uma realidade e não apenas um conceito teórico.

Segundo a Mantoan (2015), para orientar os sistemas de ensino na ruptura com o modelo de segregação escolar das pessoas com deficiência e atender os objetivos do CDPD (ONU, 2006), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) instaura um novo marco político e pedagógico na educação do país, definido que:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Brasil, 2008, p. 21)

Desse modo, a inclusão se legitima porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso ao conhecimento. É o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de tornar cidadãos e lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. A inclusão é essencial porque a escola é, para muitos, o único local onde podem acessar o conhecimento. É na escola que eles têm a chance de se desenvolver, se tornarem cidadãos e alcançarem uma vida digna, com mais oportunidades.

3 A formação de professores na construção de uma sociedade mais inclusiva

A formação de professores desempenha um papel fundamental na construção de sociedades mais inclusivas. Os professores são agentes de mudança com a capacidade de influenciar e moldar a experiência educacional dos alunos. Uma formação adequada centrada na educação inclusiva pode fazer uma grande diferença de várias formas.

Na busca de novos paradigmas educacionais, a formação de professores pode promover uma melhor compreensão da importância da inclusão e das necessidades das pessoas com deficiência e outras diferenças. Isso inclui estar ciente das barreiras que podem existir em ambientes educacionais e adotar uma abordagem positiva e acolhedora para a diversidade.

A formação de professores como foco na educação inclusiva é um tema relevante e atual, pois esta é um direito de todos os alunos independentemente de suas diferenças e necessidades individuais. Nesse sentido, é fundamental que os professores recebam uma formação adequada que lhes possibilite atender às demandas da educação inclusiva. Neste tópico, serão, portanto, discutidos aspectos da formação de professores na perspectiva de uma educação inclusiva, com base em estudos e pesquisas bibliográficas de autores que abordam sobre o assunto e fazem suas contribuições sobre essa temática.

A formação docente deve ser pautada pela perspectiva crítica, e levando em consideração as especificidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas capacidades / superdotação. Ademais, os professores devem ser capacitados para lidar com as diferenças e a diversidade de forma inclusiva, valorizando o potencial individual e promovendo uma cultura de respeito e acolhimento. De acordo com Mantoan (2015), os professores anseiam por uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas ditas escolas inclusivas.

A formação eficaz de professores para a educação inclusiva deve integrar a conjectura e a prática de fornecer apoio para permitir que os professores criem e implementem estratégias pedagógicas que atendam às necessidades dos alunos com deficiência e deficiências globais de desenvolvimento. É importante que os professores tenham acesso a recursos e tecnologias assistivas que possam auxiliá-los em sua prática docente, promovendo inclusão e acessibilidade. Assim, percebe-se que formar professores é um desafio e uma oportunidade para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Além disso, torna-se indispensável o debate sobre a formação de professores no mundo digital, tendo em vista que ainda há uma luta por investimento, recursos e reconhecimento no mundo do trabalho para garantir a condição humana de sujeitos de direitos, inconclusos, diferentes, imperfeitos e com desigualdades de chances para interagir na reciprocidade à evolução social.

Para Glat e Fernandes (2005), o ato de educar na perspectiva inclusiva é complexo, a formação de professores também merece ênfase quando se aborda a inclusão no contexto sócio-histórico da exclusão, pois implica uma sensibilidade para com o outro, o estranho e suas diferenças. O ato de educar em uma perspectiva inclusiva vai muito além de simplesmente integrar alunos com deficiência no ambiente escolar regular; trata-se de uma transformação profunda no modo como se concebe a educação, a diversidade e o papel do professor nesse contexto.

Além disso, os ritmos alucinantes a que são submetidos os professores no trabalho cotidiano precisam ser tematizados, visto que geram insegurança e ansiedade, somados ao aprofundamento das desigualdades sociais, dos transtornos e síndromes dos estudantes, cada vez mais comuns nas escolas.

Conforme Ivan Vale de Sousa (2021, p. 7) menciona:

Quando se trabalha com diversidade dos sujeitos no ambiente escolar, envolvemo-nos em um mundo possível de oportunidades e possibilidades, isso é o que permite a promoção da inclusão. Pois ao promover a inclusão envolve reconhecer e valorizar a singularidade de cada aluno, respeitando sua individualidade, seja qual for

Os professores formados em educação inclusiva são adaptativos e personalizados e podem adaptar e personalizar o ensino para atender às necessidades de cada aluno. Eles podem usar diferentes estratégias de ensino, recursos e tecnologia assistiva para garantir que todos os alunos recebam educação de alta qualidade.

Promoção da participação e da igualdade de oportunidades, a formação de professores pode capacitar os educadores a criarem ambientes inclusivos que promovam a participação ativa de todos os alunos, independentemente de suas características ou habilidades. Isso envolve a remoção de barreiras físicas, sociais e acadêmicas e o incentivo à participação igualitária nas atividades educacionais para todos os alunos.

Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis (Mantoan, 2015). É formar o professor sob uma perspectiva

de mudança profunda, que vai além de modificar técnicas ou métodos, exigindo uma transformação na compreensão do que é o processo educativo em um contexto de inclusão.

Assim, a formação continuada cumprirá com a tarefa de estimular o reconhecimento dos professores acerca de seus próprios saberes, estimulando sua autonomia e permitindo reconstruir os sentidos da sua ação profissional (Nóvoa, 1995). A formação continuada cumpre o papel de estimular o reconhecimento dos professores em relação aos seus próprios saberes, promovendo sua autonomia e permitindo a reconstrução dos sentidos da sua ação profissional. Esse processo de aprendizagem vem contribuir para o aprimoramento da prática pedagógica e para o desenvolvimento profissional dos professores, impactando positivamente na qualidade da educação.

Segundo Jaíma (2021, p. 87) está discursão acerca da formação para o trabalho docente que leve em considerações as crianças com deficiências e a diversidade presente nas escolas é imprescindível na Pedagogia. O autor ressalta, também, a importância de uma discussão sobre a formação para o trabalho docente que leve em consideração as crianças com deficiências e a diversidade presente nas escolas. Nesse contexto, a Pedagogia desempenha um papel fundamental.

A formação dos professores precisa ser abordada de uma forma mais ampla e inclusiva na temática da diversidade, considerando não apenas as diferenças de habilidades e necessidades das crianças com deficiências, mas também as diversas formas de expressão cultural, socioeconômica, étnica, religiosa e de gênero existentes nas escolas.

Ao considerar a inclusão de crianças com deficiências, a formação dos professores deve proporcionar conhecimentos teóricos e práticos sobre estratégias pedagógicas e recursos específicos para atender às necessidades individuais desses alunos. Isso envolve compreender as diferentes deficiências e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem, bem como desenvolver habilidades para adaptar o currículo, oferecer suporte individualizado e promover a participação plena e igualitária de todos os estudantes.

As exigências de qualificação dos professores e professoras são baseadas em quatro áreas distintas. A primeira é o conhecimento dos conteúdos, ou seja, ter um domínio sólido dos assuntos que ensinam. A segunda é a especialização na aprendizagem e no ensino, o que implica conhecer as melhores práticas pedagógicas e saber como facilitar o processo de aprendizado dos alunos.

A terceira área é a das competências sociais e morais, que envolve habilidades de interação e relacionamento, bem como a incorporação de valores éticos no ambiente escolar. Mikkola (2012). Por isso, é fundamental possuir as capacidades multifacetadas necessárias para

a prática escolar, o que inclui desde habilidades organizacionais até a capacidade de adaptação a diferentes situações.

A quarta área, os professores precisam ser especialistas em sua área de especialização, com uma ampla perspectiva sobre todos os aspectos da educação e da escolarização. Além disso, são responsáveis por promover valores sociais e culturais importantes como democracia, valorização das pessoas, cidadania ativa e bem-estar dentro do ambiente escolar. Esses objetivos devem tornar-se centrais no cotidiano da escola, orientando a prática pedagógica e a convivência entre os membros da comunidade escolar.

Com as mudanças tecnológicas, econômicas e a evolução das questões sociais, os aspectos éticos e sociais da profissão docente estão se tornando cada vez mais importantes. Os professores não apenas moldam os alunos academicamente, mas também desempenham um papel importante no desenvolvimento de valores, consciência social e habilidades necessárias para enfrentar os desafios da sociedade.

Reconhecer a diversidade abre caminhos para uma educação de qualidade para todos os alunos e ajuda a desenvolver seus talentos, habilidades e potencial. A inclusão não consiste apenas em garantir a presença de todos os alunos no ambiente escolar, mas também em criar as condições adequadas para que eles possam participar ativamente das atividades educacionais e se sentir pertencentes a esse espaço.

A formação de professores numa perspectiva de educação inclusiva visando proporcionar aos educadores conhecimentos teóricos, práticos e especulativos sobre princípios e práticas inclusivas. Isso inclui entender as políticas públicas que garantem o direito à educação para todos e as leis e políticas que regem a inclusão na educação.

Além disso, a formação inicial e continuada deve desenvolver as habilidades e competências dos professores para a diversidade e incentivar a adaptação curricular, o ensino individualizado e o uso de estratégias diferenciadas de ensino. Os professores devem ser capazes de identificar as necessidades individuais de seus alunos, adaptar os métodos de ensino e criar um ambiente inclusivo e acolhedor.

No entanto, nessa perspectiva de educação inclusiva, a formação de professores também enfrenta desafios. A falta de investimento em políticas públicas de desenvolvimento profissional, a resistência de alguns educadores à inclusão e a falta de recursos e apoio adequados são questões que precisam ser superadas para garantir uma formação docente efetiva.

Diante desse cenário, precisamos reconhecer a importância da formação de professores na promoção da educação inclusiva, como meio possibilitador de construção de uma sociedade

mais justa e igualitária, precisamos respeitar a diversidade e fortalecer práticas educativas inclusivas. É pensar essa formação como princípio fundamental para atingir objetivos esperados e oferecer educação de qualidade a todos os alunos.

Conforme mostra no artigo 62, do inciso 1º, da Lei 9.394/96 (Brasil, 1996) a união, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. A formação continuada de Professores é citada nesse documento como:

[...] necessidade intrínseca para os profissionais da educação escolar, e faz parte de um processo permanente de desenvolvimento profissional que deve ser assegurado a todos. A formação continuada deve proporcionar atualizações, aprofundamentos das temáticas educacionais e apoiar-se numa reflexão sobre a prática educativa, promovendo um processo constante de autoavaliação que oriente a construção contínua de competências profissionais. [...] a perspectiva de formação continuada que aqui se propõe está intimamente ligada à existência dos projetos educativos das escolas de educação básica (de educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos), e pode acontecer tanto no trabalho sistemático dentro do espaço da escola quanto fora dela, mas sempre com repercussão em suas atividades. A formação continuada feita na própria escola acontece na reflexão compartilhada com toda a equipe, nas tomadas de decisão, na criação de grupos de estudo, na supervisão e orientação pedagógica, na assessoria de profissionais especialmente contratados etc. (Brasil, 1996, s.p)

A formação continuada é essencial para acompanhar as transformações sociais, culturais e pedagógicas que ocorrem ao longo do tempo. Novas metodologias de ensino, avanços tecnológicos, novas abordagens educacionais e descobertas científicas são apenas alguns dos aspectos que demandam atualização constante por parte dos professores. Através da formação continuada, os educadores têm a oportunidade de se manterem atualizados, adquirirem novos conhecimentos e se aprofundam as temáticas educacionais relevantes.

O grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade.

Para tanto, faz-se necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor, ou seja, habilidades e competências necessárias aos professores de acordo com a realidade brasileira (Nunes Sobrinho; Naujorks, 2001)

Conforme Barbieri (1992, p. 32), “a formação do professor não pode restringir-se à formação inicial, visto que ela se torna incompleta à medida que o processo de produção e divulgação do conhecimento torna-se cada vez mais rápido”. Esse argumento enfatiza o fato de que os professores devem receber formação contínua ao longo de sua carreira. Isso porque o conhecimento está sempre mudando, assim como novas tecnologias, metodologias e abordagens pedagógicas. Se os professores não se atualizarem constantemente, correm o risco de se desatualizar e perder a capacidade de atender às novas demandas dos alunos e da sociedade.

A formação inicial é apenas o começo de uma jornada de desenvolvimento profissional contínuo, que é essencial para que os professores se mantenham eficazes e capazes de proporcionar uma educação de alta qualidade em um mundo em constante mudança. Portanto, investir na formação contínua dos educadores é fundamental para a melhoria contínua do sistema educacional e para o sucesso a longo prazo dos alunos.

A formação continuada pode ser realizada de diferentes maneiras. Uma delas é por meio do trabalho sistemático dentro da própria escola, onde os profissionais compartilham experiências, discutem e refletem coletivamente sobre questões educacionais. Isso pode acontecer por meio de reuniões pedagógicas, grupos de estudo, supervisão e orientação pedagógica, entre outros espaços de discussão e formação.

Além disso, a formação continuada também pode ocorrer fora da escola, por meio de cursos, palestras, workshops e participação em eventos educacionais. Essas oportunidades permitem aos professores expandirem seus horizontes, conhecer novas abordagens pedagógicas, trocar experiências com outros profissionais e se inspirar em práticas inovadoras.

É importante ressaltar que a formação continuada deve estar alinhada com os projetos educativos das escolas de educação básica, ou seja, com a missão, valores e objetivos pedagógicos da instituição. Dessa forma, a formação continuada se torna um processo integrado e com repercussões diretas nas atividades escolares, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para a promoção de uma educação mais inclusiva e significativa para todos os alunos.

A Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior merece destaque neste aspecto (MEC, 2000). A seção sobre formação de professores destaca as habilidades que devem ser dominadas como parte de um processo de desenvolvimento profissional constante. Aqueles incluem compreensão do papel social da escola, domínio de conteúdo, interdisciplinaridade, conhecimento de processos de pesquisa,

autodesenvolvimento profissional e compromisso com os valores estéticos, políticos e éticos que inspiram a sociedade democrática.

O eixo das ações que conduzem à inclusão tem por base um pensamento que reconhece e valoriza a diversidade na vida em sociedade. Nesse sentido, a ideia de inclusão visa assegurar o acesso das pessoas a todas as possibilidades de convívio social, enquanto sujeitos de possibilidades, integrando e contextualizando as peculiaridades de cada sujeito e grupo social. Observa-se que nos inúmeros fóruns sobre educação inclusiva se têm incrementado ações e políticas referentes à proteção das formas de interação que garantem o exercício pleno e equitativo de todos, com ou sem deficiência. Por isso, adotam-se políticas públicas de promoção e respeito à dignidade da pessoa humana em situação de risco ou vulnerabilidade. (Carvalho; Habowski; Conte, 2019, p. 158).

A inclusão é um processo contínuo de adaptação e transformação social que busca integrar e valorizar todas as formas de diversidade humana. Que todos, com ou sem deficiência, possam participar e contribuir de forma significativa. As discussões e ações nos fóruns sobre educação inclusiva são fundamentais para manter esse progresso e garantir que ninguém fique para trás.

A formação de professores é um assunto atualíssimo e tem sido motivo de preocupação entre acadêmicos que pesquisam a educação inclusiva, além de ser alvo de várias políticas públicas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta os sistemas de ensino no sentido da promoção de respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo "[...] formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar" (Brasil, 2007, p. 5).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) fornece uma base sólida para orientar os sistemas de ensino na promoção de uma educação inclusiva. No entanto, para que essas políticas tenham um impacto real, é de grande importância que os educadores recebam a formação e o suporte necessários para implementar práticas inclusivas de maneira eficaz. Isso resultam em um compromisso contínuo com o desenvolvimento profissional e a criação de ambientes de aprendizagem que respeitem e celebrem a diversidade.

Conforme Mantoan (2015) aos ciclos de formação que provocam mudanças na avaliação do desempenho escolar dos alunos, pois concedem aos estudantes mais tempo para aprender, eliminando a seriação e articulando o processo de aprendizagem com ritmo e as condições de desenvolvimento dos aprendizes. Os ciclos de formação oferecem um período mais longo e flexível para que os estudantes possam aprender, respeitando o ritmo e as

condições de desenvolvimento de cada um. Esse modelo reconhece que nem todos os alunos aprendem da mesma maneira ou no mesmo tempo. Portanto, ao eliminar a serialização, os ciclos permitem que os alunos avancem de acordo com suas necessidades e capacidades individuais.

A inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda. (Mantoan, 2015). A autora afirma que a "inclusão escolar" desafia o modelo de educação tradicional e requer uma mudança na formação dos professores. É necessário redefinir as propostas de profissionalização dos professores e adaptá-las à nova realidade para que a educação inclusiva seja eficaz. Isso inclui formação continuada que se adapta às demandas de inclusão, preparando os professores para lidar de forma dinâmica e reflexiva com a diversidade de alunos e contextos.

E pensar a inclusão escolar de modo que afaste a educação de uma visão tradicional, centrada na homogeneidade, e adote uma abordagem mais flexível, onde o respeito às diferenças seja o princípio norteador. Isso implica uma profunda transformação na formação dos professores, tanto em termos de conteúdo quanto de abordagem, para que possam atuar de forma efetiva em um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Se de um lado é preciso continuar investindo maciçamente na formação de profissionais qualificados, de outro não se pode descuidar da realização dessa formação. É preciso estar atento ao modo como os professores aprendem ao aperfeiçoarem seus conhecimentos pedagógicos, e ao modo como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais suscitados pelo ensino inclusivo. (Mantoan, 2015 p.80)

Segundo a autora, ao abordar a formação de professores no contexto da educação inclusiva, dois aspectos fundamentais são levantados: a necessidade de investir na formação contínua de profissionais qualificados e a importância de observar como essa formação é realizada. Ao buscar outros fatores necessários para a efetivação da educação inclusiva. São exemplos:

- O Investimento na Formação de Professores: Mantoan enfatiza (2015) a importância de continuar investindo intensamente na qualificação dos professores. Isso é essencial para que eles possam lidar com os desafios da educação inclusiva, que exige conhecimentos específicos, habilidades pedagógicas diferenciadas e uma atitude acolhedora em relação à diversidade dos alunos.

- **Atenção ao Processo de Formação:** Não basta apenas investir em programas de formação; é crucial prestar atenção à forma como essa formação é realizada. Isso envolve considerar como os professores aprendem e assimilam novos conhecimentos pedagógicos. Cada professor tem seu próprio estilo de aprendizagem e ritmo, o que significa que as abordagens de formação precisam ser flexíveis e adaptadas para atender às necessidades individuais.
- **Reação às Novidades Educacionais:** Mantoan (2015) também destaca a importância de observar como os professores reagem às novidades e aos novos desafios educacionais que surgem com o ensino inclusivo. A introdução de novas práticas e metodologias pode ser desafiadora para muitos educadores, especialmente se essas inovações exigem que eles mudem suas abordagens tradicionais de ensino. Por isso, é fundamental acompanhar como os professores lidam com essas mudanças e oferecer o suporte necessário para ajudá-los a se adaptarem e se sentirem confortáveis com as novas demandas.
- **Novos Possíveis Educacionais:** O conceito de "novos possíveis educacionais" (Mantoan, 2015) se refere às novas oportunidades e caminhos que se abrem no campo da educação à medida que a inclusão é implementada. Isso pode envolver novas práticas pedagógicas, tecnologias educacionais ou formas de interação em sala de aula. A formação dos professores deve prepará-los para explorar essas novas possibilidades de maneira criativa e eficaz.

Com isso, Mantoan (2015) ressalta a importância de uma formação de professores que seja não apenas contínua e qualificada, mas também atenta às necessidades e reações dos educadores. É essencial que essa formação seja adaptativa, respondendo tanto aos desafios práticos do ensino inclusivo quanto às experiências e sentimentos dos professores à medida que enfrentam essas novas realidades. Mantoan (2015) afirma, ainda, que os professores precisam de "formação contínua e qualificada", principalmente para a educação inclusiva. Ela enfatiza que a formação deve ir além da compreensão teórica ou técnica. deve ser "adaptativa", o que significa que deve se adaptar aos "desafios práticos" e "experiências emocionais" dos professores no cotidiano da sala de aula inclusiva.

Os educadores enfrentam não apenas mudanças pedagógicas, mas também desafios e dúvidas ao ensinar em um ambiente inclusivo. Portanto, a formação deve considerar as "necessidades e reações" dos educadores, fornecendo-lhes apoio e preparação para lidar com a diversidade de alunos e situações imprevistas. Essa abordagem flexível faz com que os

professores se sintam "mais seguros e capacitados", o que contribui para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade.

3 Perspectivas a respeito da promoção da Educação Inclusiva em Universidades

Como as instituições de ensino superior desempenham um papel fundamental na formação de futuros profissionais e líderes, é cada vez mais importante promover a educação inclusiva nas universidades. Em relação às ações políticas, cabe ressaltar que, a partir dos anos 2000, alguns programas governamentais buscaram legitimar e garantir o acesso dos estudantes PAEE (estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) ao nível de ensino superior.

Dentre essas ações destaca-se como marco importante a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que define ações para a promoção de ambientes inclusivos nas instituições de ensino superior do país. É necessário que as universidades garantam políticas institucionais que promovam a educação inclusiva por meio da implementação de ações que assegurem a acessibilidade e a equidade. Isso inclui o incentivo à valorização das diversidades, bem como políticas de apoio aos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais e sua formação.

Ao analisar alguns PPCs – Projeto Pedagógico de Curso – de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Arraias e o do Instituto Federal Goiano – Campus Campos Belos, observa-se que não há uma certa preocupação como uma formação mais ampla e diversificada. É perceptível nas grades curriculares dos cursos temáticas específicas, como a formação inicial por meio das licenciaturas, que traz em sua grade curricular a disciplina de Libras – Língua Brasileira de Sinais, ou seja, não há disciplinas isoladas ou que abordem as diversas particularidades que o docente pode vir a lidar em sala de aula.

O fato é que a inclusão escolar vai além de ofertar acessibilidade estrutural aos estudantes com deficiências. “O grande problema na atualidade é que as escolas, além de não possuírem professores com especialização na área da educação inclusiva, também não estão preparadas para receber os estudantes com necessidades físicas especiais” ou com deficiências (Moura; Freitas, 2013, p. 45).

Pode-se observar que alguns cursos de especialização na área da inclusão, muitas vezes acontece por meio de cursos EAD. É essencial que o compromisso com a educação inclusiva seja parte da missão e da visão das universidades durante a formação docente, e não em cursos posteriores a formação inicial do professor. Isso deve ser refletido nos planos estratégicos e

operacionais, assegurando que a inclusão esteja integrada em todos os aspectos da vida universitária. Os cursos de Pedagogia têm um papel crucial na preparação de professores para trabalhar em ambientes educacionais inclusivos.

Ao integrar a inclusão em seus currículos, desenvolver competências essenciais e proporcionar experiências práticas, esses cursos podem preparar futuros educadores para enfrentar os desafios da diversidade e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. É essencial que a formação inicial seja complementada com oportunidades contínuas de desenvolvimento profissional e suporte, assegurando que os professores estejam sempre prontos para promover a inclusão e a equidade em suas salas de aula.

Promover a educação inclusiva em universidades não é apenas uma questão de justiça social, mas também de excelência acadêmica. Ao adotar uma abordagem inclusiva, as universidades podem garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. Isso requer um compromisso abrangente que envolva políticas institucionais, infraestrutura acessível, formação contínua de professores, inovação tecnológica e a criação de uma cultura inclusiva e acolhedora.

A importância do papel da universidade na formação de profissionais habilitados é defendida por Glat e Pletsch (2010, p.345-356).

Para elas, o ensino é a vocação primária da universidade na formação de recursos humanos; e no caso das faculdades ou departamentos de Educação, a formação de professores. No entanto, as mesmas autoras também afirmam que ainda são raros os cursos de licenciatura, mesmo no de Pedagogia, que oferecem habilitação ou disciplinas voltadas às especificidades de alunos com necessidades educacionais especiais

O papel das universidades na formação de professores é crucial para o sucesso da educação inclusiva. Embora o ensino e a formação de recursos humanos sejam as vocações primárias das universidades, a ausência de disciplinas focadas em necessidades educacionais especiais representa uma lacuna significativa. Para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, é fundamental que as universidades ampliem seus currículos e proporcionem uma formação abrangente e inclusiva para os futuros educadores.

Além disso, foram instituídas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), que, juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1999), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena (Brasil, 2001) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (Brasil, 2006), orientam a organização curricular das instituições formadoras dos professores no Brasil (Araujo et al., 2010).

Além dos Núcleos de Acessibilidade, há também programas para apoiar a disponibilização do acesso à educação a todas as pessoas em instituições de ensino superior. Principalmente em algumas universidades Brasileiras. É o caso da monitoria na Universidade Federal de Goiás por meio do Núcleo de Acessibilidade que tem como objetivo propor e viabilizar uma educação superior inclusiva aos estudantes com deficiência física, visual, auditiva e intelectual, TEA e altas habilidades/superdotação, por meio da eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas, informacionais e comunicacionais.

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (Brasil, 2008, p. 13).

Reflete assim, que os sistemas de ensino são responsáveis por garantir a educação inclusiva, especialmente para alunos com necessidades especiais. O papel do instrutor é ajustar o ensino para atender às necessidades específicas dos alunos. Para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender de forma eficaz, isso pode significar mudanças na abordagem pedagógica, a criação de materiais didáticos acessíveis e a implementação de diferentes estratégias de ensino. Isso se aplica à educação inclusiva. Esses profissionais facilitam a comunicação entre alunos, professores, colegas e o ambiente escolar em geral, permitindo que os alunos tenham acesso total às atividades sociais e acadêmicas.

A ideia principal é que a variedade de apoio e adaptações são necessárias para uma inclusão eficaz, e os sistemas educacionais são responsáveis por organizar e fornecer esses recursos para atender às necessidades de todos os alunos. A educação inclusiva não é apenas garantir que os alunos estejam presentes na escola, mas também garantir que eles tenham as condições para participar e ter sucesso em seu ambiente educacional.

O principal desafio das universidades é formar educadores que vão além da simples transmissão de conhecimento, capacitando-os a adotar novas atitudes em relação à diversidade humana. Esses futuros professores precisam ser preparados para desenvolver estratégias de ensino e adaptar atividades e conteúdos, não apenas para alunos com necessidades especiais,

mas para todos os alunos de suas turmas. Além disso, os cursos de Educação devem promover a formação continuada dos professores já atuantes e incentivar a colaboração direta entre os profissionais da Educação Especial e do Ensino Regular.

Considerações Finais

A capacitação dos professores para promover a educação inclusiva é fundamental na construção de uma sociedade mais justa. Os governos, as instituições de ensino, a comunidade escolar e os próprios professores precisam trabalhar juntos para superar essas questões. Eles também precisam estar abertos à mudança e à aprendizagem contínua.

É de suma importância que os cursos de licenciaturas das instituições de ensino superior promovam uma formação inicial docente fundamentada na perspectiva da educação Inclusiva, de todos os estudantes, com ou sem deficiência, buscando proporcionar uma educação qualitativa e que fomente o pleno desenvolvimento dos discentes.

Considera-se, portanto, que se faz necessário refletir e repensar o currículo que integralizam os cursos de formação inicial das instituições de ensino superior, em uma perspectiva que busque preparar os licenciados para a prática pedagógica em sala de aula, de maneira ética, responsável e inclusiva.

Para que os educadores se sintam preparados, apoiados e valorizados no processo de inclusão, é necessário um compromisso eficaz com a formação continuada. Além disso, políticas públicas sólidas devem acompanhar a mudança de práticas pedagógicas e mentalidades. Essas políticas devem garantir os recursos necessários para que a inclusão seja uma realidade, e não apenas orientações teóricas.

Entretanto, a inclusão não é apenas uma questão de preparar os professores de forma técnica, mas para promover uma transformação cultural que abrange a comunidade escolar como um todo. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade, respeitando as diferenças e oferecendo a todos os alunos a oportunidade de aprender e se desenvolver em um ambiente acolhedor e inclusivo.

Referências

ARAÚJO, M. V.; RUSCHE, R. J.; MOLINA, R.; CARREIRO, L. R. R. Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência: análise de resumos de artigos na base SciELO. *Rev. psicopedag.*, São Paulo, v. 27, n. 84, p. 405-416, 2010.

BARBIERI, Teresita. Sobre a categoria de gênero: uma introdução teórico-metodológica. SOS Corpo, Recife: 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001b. (Instituída pela Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. *Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares*. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais/Ensino Fundamental (1ª a 4ª) Ministério da Educação e do Desporto. SEF. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CEB Nº 2, de 19 de abril de 1999. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001b. (Instituída pela Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002).

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Legislação Específica. Documentos Internacionais, 2007.

BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de

Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 21 dez. 1999. Seção 1, p. 10.

BRASIL. Ministério da Educação. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL>.

CARVALHO, C. E. O.; HABOWSKI, A. C.; CONTE, E. A inclusão digital de crianças com múltiplas deficiências na escola. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 153-176, jan./abr. 2019.

Educação inclusiva no Brasil: legislação e contextos / Ivan Vale de Sousa (Organizador) - Jundiaí- SP: Paco Editorial, 2021.

FERREIRA, J. R., OLIVEIRA, E. S. G. & SENNA, L. A. Panorama nacional da educação inclusiva no Brasil. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil. Banco Mundial, 2003, disponível em: www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva/entrada.pt.html, acessado em nov./2003.

NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. *Revista Integração*. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, 22-27, 2002.

OLIVEIRA, E. da S. G. Adaptações Curriculares. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro. Banco Mundial, 2003.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Inclusão: Revista da Educação Especial*, Brasília, n. 1, p. 35-39, out. 2005.

GLAT, R.; PLETSCHE, M.D. O papel da universidade no contexto da política de educação inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v.23, n.38, p.345-356, 2010.

GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995. _____. Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade. *Revista Souza Marques*, vol. I, 16-23, 2000.

MOURA, M. M. G.; FREITAS, M. M. S. L. *A Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência Física*: aspectos jurídicos, teóricos e pedagógicos. Orientadora: Fátima de Nazaré Pantoja Rezende. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) - Faculdades Integradas Ipiranga. Belém, Pará, 2013.

MONTOAN, MARIA TERESA EGLÉR Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. - São Paulo: Summus, 2015. 96 p.

MIKKOLA, Armi. Preface: Perspectives for the future of the Teaching Profession. In: NIEMI, Hannele et al. *Miracle of education: The Principles of teaching and learning in Finnish Schools*. Rotterdam: Sense Publishers, 2012, p. ix – xi.

NAUJORKS, M. I.; NUNES SOBRINHO, F. de P. (Orgs.). *Pesquisa em Educação Especial - O desafio da qualificação*. Bauru: Edusc, 2001.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. *In*: NÓVOA, António (Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PESTALOZZI, J.H. *Antologia de Pestalozzi* Trad. Lorenzo Luzuriaga. Buenos Aires: Losada, 1946.